

Editorial

Tiago Neves

Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE), Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Este número da *Educação, Sociedade & Culturas* apresenta um conjunto de cinco artigos que cobrem contextos empíricos muito distintos: Portugal e Brasil, academia e escola, galeria de arte e territórios agroecológico, muros urbanos e mutirões. Esses cinco artigos também não possuem um enquadramento teórico-metodológico unificado. Partilham, contudo, uma sensibilidade comum: a de que a educação – formal, não formal e informal, institucional e insurgente – é sempre uma prática situada, nunca neutra, atravessada por relações de poder que regulam o que conta como saber, quem conta como sujeito e quais os corpos, vozes e práticas são tornadas visíveis ou invisíveis. Os artigos convergem, portanto, em interrogações partilhadas: quem tem direito a produzir e a fazer circular conhecimento? Quais os saberes que as instituições educativas reconhecem como legítimos? O que acontece quando saberes, práticas e corpos marginalizados contestam a hierarquia epistémica? Interrogar estas condições e contribuir para a construção de alternativas mais justas e plurais dialoga, em última instância, com alguns dos objetivos centrais da *Educação, Sociedade & Culturas*.

Esta edição abre com um texto singular. O artigo de Almerindo Janela Afonso, intitulado “Vivências argumentadas de liberdade académica, com Stephen Stoer e a sociologia da educação”, recupera e amplia a intervenção do autor numa sessão de homenagem a Stephen R. Stoer, professor catedrático da FPCEUP e fundador da *Educação, Sociedade & Culturas*, por ocasião das duas décadas do seu desaparecimento. Não se tratando, como o próprio autor reconhece, de um artigo académico em sentido estrito, o texto assume a forma de ensaio reflexivo e implicado, assente na evocação implicada, reivindicando para a escrita académica o direito à memória, à afetividade e à controvérsia. O texto convoca a pessoa, a obra e o legado de Steve Stoer para pensar a consolidação da sociologia da educação em Portugal, bem como a importância da liberdade académica e da reflexividade crítica. Afonso percorre a trajetória intelectual de Stoer – as parcerias com José Alberto Correia, Luíza Cortesão e António Magalhães; as influências de Bourdieu, Bernstein e Roger Dale; os debates em torno dos currículos alternativos, do neovocacionalismo e das políticas educativas –, sublinhando a importância da crítica e da réplica como práticas constitutivas do labor científico. Num tempo em que, como nota Geoffrey Pleyers (2025), presidente da Associação Internacional

de Sociologia, as ameaças à liberdade acadêmica se tornam cada vez mais evidentes em consequência da erosão democrática, recordar Stoer como testemunho de abertura ao debate e à controvérsia democrática é também um gesto político. O artigo lança ainda sementes para uma reflexão que a própria obra de Stoer deixou por desbravar – sobre a colonialidade presente na sociedade portuguesa e as suas implicações para a sociologia da educação –, fio que o presente número retoma, de outras formas e noutros contextos, nos artigos subsequentes.

O artigo de Arthur Santos e colegas, intitulado “Sexualidade e as teorias de aprendizagem: uma revisão das abordagens utilizadas no ensino de ciências”, desloca o olhar para o Brasil e para um dos temas mais persistentemente silenciados nos currículos do ensino de ciências: a sexualidade e a diversidade de identidades de gênero. Através de uma revisão sistemática da literatura publicada entre 2019 e 2024 no Portal de Periódicos da CAPES, os autores e a autora identificam três eixos problemáticos que estruturam as pesquisas sobre esta temática: a influência dos materiais didáticos, o impacto da LGBTfobia no ambiente escolar, e o papel do currículo e da formação docente. Os resultados apontam para a prevalência de abordagens biologicistas e higienistas que tendem a reduzir a sexualidade à reprodução e à prevenção de doenças, num cenário em que a Base Nacional Comum Curricular (Brasil. Ministério da Educação, 2018) removeu os termos “orientação sexual” e “identidade de gênero”. Em contraponto, o artigo aponta para a importância das teorias humanistas e cognitivistas numa abordagem mais inclusiva à sexualidade: uma abordagem que esteja mais atenta à subjetividade, ao contexto sociocultural e à diversidade das experiências dos/as alunos/as. Este artigo inscreve-se no quadro das investigações sobre as desigualdades simbólicas inscritas no currículo. Nessa medida, revela a escola simultaneamente como espaço de exclusão e terreno de resistência e disputa simbólica, no qual a formação docente e os documentos orientadores têm um papel decisivo na definição das condições de reconhecimento dos sujeitos e das suas experiências de vida.

Por sua vez, em “Pensar a arte-educação atenta às políticas reparatórias: Estratégias, tensões e negociações no trabalho com o passado colonial”, Marcela Pedersen traz-nos de volta a Portugal – concretamente à cidade do Porto. Através da análise do Programa de Incursão à Galeria - PING!, da Galeria Municipal do Porto, desloca-nos para o campo da educação não formal, analisando o modo como a mediação reparativa confronta o arquivo da Primeira Exposição Colonial Portuguesa (1934) e a branquitude como norma. No alinhamento deste número, este texto ocupa uma posição charneira, articulando o eixo português-colonial com o eixo pedagógico-crítico e fazendo a ponte entre as omissões curriculares analisadas no artigo anterior e as práticas populares de construção do saber exploradas no artigo seguinte. Este artigo, elaborado com base numa metodologia situada e implicada que leva a autora a assumir o papel de “amiga crítica” da instituição, mobiliza os Estudos Pós/Decoloniais, os Estudos Críticos da Branquitude (Bento, 2022; DiAngelo, 2020; Schucman, 2020) e a pedagogia da transgressão de bell hooks (1994/2017). Ao identificar estratégias como deslocar o protagonismo branco, trabalhar pedagogicamente o desconforto da branquitude e tensionar o arquivo colonial, o texto contribui para uma reflexão necessária sobre os modos como instituições culturais e educativas podem confrontar as continuidades coloniais que atravessam o tempo presente. Assim, o artigo constitui um contributo relevante para um debate que em Portugal

permanece ainda insuficientemente instalado no campo das ciências da educação: o da descolonização simbólica, material e cultural, e do papel que as instituições educativas e culturais podem – e devem – desempenhar nesse processo.

Guilherme Ferreira e seus colaboradores levam-nos de regresso ao Brasil e aos territórios agroecológicos de Minas Gerais. Em “O potencial educativo dos mutirões agroflorestais na construção do conhecimento agroecológico”, e numa lógica de investigação-ação, os autores analisam práticas de produção de conhecimento, mostrando como a práxis freiriana pode ganhar forma concreta nos mutirões agroecológicos e como os saberes populares resistem à invasão cultural (Freire, 1969/2006, 1968/2018). Os resultados revelam que os mutirões se constituem como arenas de horizontalização do saber na medida em que são espaços nos quais os conhecimentos técnico-científicos e os saberes populares se encontram em diálogo, mediados pelo trabalho agrícola concreto e pela autoridade epistémica das famílias anfitriãs, que escolhem as tarefas a realizar segundo as suas próprias prioridades produtivas. Este artigo constitui (mais uma) demonstração de que práticas educativas que emergem fora dos formatos escolares convencionais podem ser centrais para pensar outros modos de aprender, cuidar e habitar o mundo. Num outro plano, este artigo contribui para a investigação sobre a agroecologia enquanto epistemologia alternativa (Cotrim & Dal Soglio, 2016; Sevilla Guzmán & González de Molina, 1993), demonstrando que o reconhecimento dos saberes populares e da racionalidade ecológica camponesa é não apenas uma questão de justiça cognitiva, mas também uma condição necessária para a construção de práticas agrícolas ambientalmente equilibradas e socialmente emancipadoras.

Este número fecha com um artigo de Alexandre Pereira, intitulado “Radical insurgency in urban art: Considering pixação in Brazil”. Este último lugar no alinhamento justifica-se pelo facto de o conceito de “capital de marginalidade”, criado pelo autor, funcionar como síntese analítica de algo que percorre todo o número: a capacidade de sujeitos excluídos converterem a sua posição periférica em recurso de afirmação e de transformação. Enquanto “forma de capital simbólico gerada através dos atos transgressivos de jovens pobres, negros e periféricos, que arriscam o seu bem-estar para inscreverem as suas marcas estilizadas pela cidade”, o “capital de marginalidade” converte a marginalidade num capital simbólico e numa prática de afirmação existencial. Com efeito, apesar de a pixação, forma de intervenção visual caracterizada pelos seus traços angulares e retos, inscrita nos edifícios e muros da cidade, ser um dos fenómenos culturais mais radicais e persistentemente criminalizados do Brasil contemporâneo, a longa etnografia realizada pelo autor permite compreender como é que uma prática criminalizada e estigmatizada se converte num recurso simbólico valorizado em determinados setores da esfera pública, conferindo aos “pixadores” novas possibilidades de reconhecimento e de construção de trajetórias de vida. Informado por Pelbart (2003), que teoriza a vida como forma de capital para os sujeitos subalternos, Pereira mostra como, nas necropolíticas que regulam a existência nas periferias do Sul Global (Mbembe, 2016), a arte pode ser um instrumento de resistência e de afirmação da potência vital.

No seu conjunto, os artigos publicados neste número convidam a pensar a educação para além de uma definição estritamente institucional ou escolar. A educação surge aqui como prática académica de liberdade

e crítica; como disputa curricular em torno da sexualidade, da ciência e da inclusão; como mediação cultural implicada na reparação histórica; como construção agroecológica de saberes situados e, por fim, como inscrição urbana de juventudes periféricas em busca de visibilidade.

Não sendo este um número temático, convidamos as leitoras e os leitores a identificar aquilo que une estes artigos. Muito concretamente, convidamos quem os leia a encontrar indicações e trechos que revelam a recusa de uma educação neutra, descontextualizada ou desligada das desigualdades que atravessam a vida social. Consideramos que aquilo que este número permite reconhecer é, precisamente, a pluralidade dos lugares onde se aprende, se disputa sentido e se constroem possibilidades de transformação.

Financiamento: Este trabalho foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP (FCT), no âmbito do financiamento plurianual atribuído ao CIIE [UIDB/00167/2020, UIDP/00167/2020 e UID/00167:CIIE].

Referências bibliográficas

Bento, Cida (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.

Brasil. Ministério da Educação. (2018). *Base nacional comum curricular*.

https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

Cotrim, Décio S., & Dal Soglio, Fábio (2016). Construção do conhecimento agroecológico:

Problematizando o processo. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 11(3), 259–271.

<https://periodicos.unb.br/index.php/rbagroecologia/article/view/49914>

DiAngelo, Robin J. (2020). *Não basta não ser racista: Sejamos antirracistas* (M. Marcionilo, Trad.). Faro Editorial.

hooks, bell (2017). *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade* (M. B. Cipolla, Trad.; 2.ª ed.). WMF Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1994)

Freire, Paulo (2006). *Extensão ou comunicação?* (13.ª ed.). Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1969)

Freire, Paulo (2018). *Pedagogia do oprimido* (70.ª ed.). Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1968)

Mbembe, Achille (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios*, 32(1), 123–151.

<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>

Pelbart, Peter P. (2003). *Vida capital: Ensaios de biopolítica*. Iluminuras.

Pleyers, Geoffrey (2025). Un proyecto renovado de sociología global. *Revista Mexicana de Sociología*, 87(1), 215–223. <https://doi.org/10.22201/iis.01882503p.2025.1.62708>

Schucman, Lia V. (2020). *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: Branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo* (2.ª ed.). Veneta.

Sevilla Guzmán, Eduardo, & González de Molina, Manuel (1993). *Ecología, campesinado e historia*. La Piqueta.